

CONCURSO PÚBLICO

**LIMPEZA EM BERMAS DAS ESTRADAS MUNICIPAIS E
ÁREAS ENVOLVENTES DE PONTOS DE ÁGUA E PARQUES**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Documento composto por 19 páginas, numeradas de 1 a 19

Câmara Municipal de Boticas, 17 de abril de 2018

O Presidente da Câmara


(Fernando Queiroga)

1. Identificação do concurso e da entidade adjudicante

1.1. O presente concurso tem por objeto a limpeza em bermas das estradas municipais e áreas envolventes de pontos de água e parques.

1.2. A entidade adjudicante é o “Município de Boticas”, devendo a decisão de contratar ser tomada por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

2. Consulta e disponibilização do processo

2.1. O processo do concurso para a “Limpeza em bermas das estradas municipais e áreas envolventes de pontos de água e parques”, encontra-se patente na “Câmara Municipal”, sita na “Praça do Município” onde pode ser examinado, das 9:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2.2. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública vortalNEXT acessível através do sítio eletrónico govpt.vortal.biz, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, SA., desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

2.3. Para a simples consulta das peças de procedimento em suporte de papel deverá-se dirigir ao “Município de Boticas” no período compreendido entre 9:00 e as 12:30 horas e entre as 14:00 e as 17:30 horas, onde a sua consulta será disponibilizada gratuitamente.

2.4 O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças do procedimento. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Para ter acesso à plataforma da Vortal, deverá efetuar os seguintes passos:

- a. No endereço eletrónico <http://www.vortalgov.pt>, seleccione **"Produtos"** e posteriormente aceda a **"UNIVERSAL"**.
- b. Clique em **"Aderir"**.
- c. Preencha os dados do seu utilizador e clique em **"Quero Aderir"**.

- d. No endereço de e-mail indicado no registo irá receber um e-mail para ativar o seu utilizador.
- e. Clique no link disponível no e-mail e aceda com o seu login na plataforma.
- f. Selecione a opção "**Criar Empresa**" e clique em "**Seguinte**".
- g. Selecione o país e preencha o NIF da sua empresa, clique em "**Validar**".
- h. Clique em "**Criar Entidade**".
- i. Preencha os dados da sua empresa.
- j. No campo "**Qual a ação que pretende efetuar na plataforma?**" selecione a opção "**Vender**".
- k. Assinale a opção "**Li e aceito as Condições Gerais de Adesão**".
- l. Clique em "**Criar Empresa**".
- m. Clique em "**Sair**".
- n. Faça **login** novamente, a empresa já se encontra ativa.

2.5 Mais informação em <http://www.vortalgov.pt> - "**Produtos**" e "**Concorrentes/ Fornecedoros**" ou através do número 707 20 27 12.

2.6. Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador de alguma plataforma eletrónica da Vortal como por exemplo <http://www.econstroi.com>.

3. Esclarecimentos e retificação das peças patenteadas no concurso

3.1. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas deverão ser apresentados, por escrito, através da plataforma eletrónica vortalNEXT na ferramenta de esclarecimentos, para o Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri do Concurso, por escrito, através da plataforma eletrónica vortalNEXT na ferramenta de mensagens/comunicações, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

3.3. O [órgão referido em 1.2.] poderá proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e nos prazos referidos nos números anteriores.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos e retificações ao concorrente que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação de todos os interessados que as tenham adquirido.

3.5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

4. Prazo de entrega das propostas

As propostas bem como os documentos que as integram serão entregues até ao dia fixado no anúncio.

5. Entrega da proposta eletrónica

5.1 A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico **govpt.vortal.pt**, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, SA.

5.2. A proposta deverá incluir nas áreas “**1 - Dados Gerais**”, “**2 - Questionário**” e “**3 - Documentos**”, as seguintes informações, sem prejuízo de outras que o Interessado entenda convenientes:

Área: 1 - “Dados Gerais”

- Referência Interna

Campo a preencher pelo interessado, indicando a referência interna dada à proposta.

- Referência da Proposta

Campo a preencher pelo interessado, indicando a referência dada à proposta.

Área: 2 - “Questionário”

Responder às questões indicadas.

• **Mapa de Quantidades**

Quando existe mapa de quantidades, a coluna "Preço Unitário" deve ser preenchida com os valores a apresentar pelo concorrente, tendo atenção às unidades referenciadas nas colunas "Descrição", "Qt" (quantidade) e "Unidade".

Após preencher o "**Questionário**", deverá selecionar o "**Formulário Principal**" para preencher as questões obrigatórias.

- Formulário Principal
- Preencher o "**Prazo de execução dos trabalhos/obra**" em dias
- Preencher o "**Código da proposta**" de acordo com os números 1 e 2 do artigo 13.º do DL n.º 143-A/2008 de 25 de julho.
- Selecionar a opção "**Confirmar**", que os dados estão corretos e refletem o conteúdo da proposta/candidatura.

Após o preenchimento de todos os campos clique em "**Fechar Questionário**". Se houver alguma informação em falta irá surgir uma mensagem a vermelho com essa indicação e o questionário mantém-se aberto. Se estiver tudo preenchido o questionário é fechado.

Área: 3 - "Documentos"

Além de ser possível anexar os documentos solicitados, é também possível anexar outros documentos à proposta/candidatura.

Para o fazer:

- a. Clique em "**Opções**".
- b. Clique em "**Adicionar Documentos**".
- c. Clique em "**Adicionar Documento**".
- d. Selecione o ficheiro pretendido.
- e. Clique em "**Seleccionar**" no ficheiro que anexou.

Caso tenha solicitado a classificação dos documentos como confidenciais e a entidade tenha aceite deverá selecionar a opção "**Confidencial**".

Submissão da Proposta/Candidatura

Após anexar os documentos que compõem a proposta o interessado deverá selecionar as seguintes opções:

1. "**Concluir Proposta**";

2. **"Assinar Todos";**

3. **"Encriptar e Submeter"**

4. Por último, deverá aceitar os "Termos e Condições de Submissão de Propostas" e seleccionar a opção "Submeter"

6. Retirada da proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do Código dos Contratos Públicos.

7. Forma da proposta

7.1. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e processada informaticamente.

7.2. A proposta deverá ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seu representante.

7.3. O preço da proposta deverá ser expresso em Euros e não incluirá o imposto sobre o valor acrescentado.

8. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

9. Recurso ao ajuste direto

O "Município de Boticas" poderá vir, no futuro, a recorrer à celebração de novo contrato por ajuste direto com o adjudicatário do presente concurso, nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a), do n.º 1, do artigo 27.º, do Código dos Contratos Públicos.

10. Prazo de execução

10.1. O prazo de execução da prestação de serviços é de 60 dias.

10.2. Os trabalhos de limpeza das bermas terão de ser executados obrigatoriamente nos primeiros 30 dias do contrato, sendo os trabalhos de limpeza da envolvente de pontos de água e parques realizados nos últimos 30 dias do contrato, mediante indicações do Município sobre as datas mais convenientes para a execução em cada uma das áreas.

11. Documentos da proposta

11.1. A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente programa do procedimento do qual faz parte integrante;
- b) Proposta de preço, elaborada de acordo com o anexo III ao presente programa do procedimento.

11.2. A declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, referida em 11.1a), deverá observar o disposto nos n.ºs 4 e 5, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

11.3. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

11.4. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do Código dos Contratos Públicos.

12. Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados diretamente na PECP VORTALnext acessível no site <http://www.vortalgov.pt>, disponibilizada pela empresa VORTAL — Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.
2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta, mediante utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Para efeitos da assinatura eletrónica, os concorrentes devem utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes interessados submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
5. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

13. Agrupamentos

- 13.1. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 13.2. Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto nos artigos anteriores, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
- 13.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

13.4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica prevista no programa do procedimento.

14. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

14.1. No prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo do anexo II ao presente programa de procedimento e do qual faz parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

14.2. Os sobreditos documentos deverão ser apresentados, nos termos do artigo 83.º do CCP através da plataforma eletrónica de contratação pública VORTALnext, com o seguinte endereço: www.vortalgov.pt.

14.3. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados, que possam levar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão das mesmas.

15. Modo de apresentação dos documentos de habilitação

15.1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81.º do CCP e no artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou através de correio eletrónico, consoante o procedimento de formação do contrato público tenha utilizado um ou outro meio eletrónico.

15.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

15.3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do ponto 15.1.

15.4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no ponto 15.1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

16. Prazo de validade da proposta

Os concorrentes serão obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

17. Esclarecimentos sobre as propostas e suprimimento de irregularidades

17.1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

17.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 70.º do CCP.

17.3. O júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

17.4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

17.5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos pontos 17.1 e 17.3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

18. Preço base

O preço base para a prestação do serviço é de **sessenta e um mil e quinhentos euros (61.500,00€)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

19. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação consiste na avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o definido na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

20. Critério de desempate

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, para efeitos de desempate, será atribuído um número a cada uma das propostas, de acordo com a ordem de entrada, ao qual corresponderá uma bola com o mesmo número. Posteriormente, na presença

de todos os concorrentes visados e dos membros do júri, o presidente do mesmo procederá à extração aleatória de uma bola que corresponderá à empresa selecionada.

21. Júri do concurso

21.1. As propostas serão analisadas pelo júri do concurso, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.

21.2. O júri do concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6, do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos.

21.3. O júri do concurso elaborará um relatório preliminar de avaliação das propostas fundamentado no mérito das mesmas, onde proporá a sua ordenação, de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.

21.4. No relatório preliminar, o júri do concurso deverá também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

22. Audiência prévia

22.1. A decisão de adjudicação deverá ser precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes, nos termos do disposto nos artigos 123.º e 147.º do Código dos Contratos Públicos.

22.2. Os concorrentes terão 5 (cinco) dias úteis após a notificação do projeto de decisão final para se pronunciarem sobre o mesmo.

23. Relatório final

23.1. Cumprido o disposto no ponto 22., o júri do concurso elaborará um relatório final fundamentado, no qual ponderará as observações dos concorrentes efetuadas ao

abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2, do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

23.2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do concurso deverá proceder a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos.

24. Adjudicação, entrega de documentos e contrato

24.1. A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas.

24.2. Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos por lei e pelo presente programa do procedimento;

24.3. Concretizados os procedimentos previstos no número anterior e aprovada pelo “Município de Boticas” a minuta do contrato a celebrar, o adjudicatário será notificado da mesma, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

24.4. No cumprimento do disposto no artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, o “Município de Boticas” comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

24.5. O disposto no n.º 4, do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos não se aplica ao presente procedimento.

25. Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

25.1. Serão notificados em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

25.2. Os documentos de habilitação deverão ser disponibilizados no processo de concurso para consulta de todos os concorrentes.

25.3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias.

26. Encargos do concorrente

26.1. Serão encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação da caução.

26.2. Serão ainda da conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

27. Consulta da lista das propostas apresentadas

27.1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, será disponibilizada através da plataforma vortalNEXT a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

27.2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o "Login" introduzindo o nome de utilizador e a palavra chave.

a) Para efetuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos "respondidos" e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.

b) Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores "Proposta" e "Lista de Concorrentes", podendo visualizar no separador "Proposta", a proposta que

apresentaram e no separador “Lista de Concorrentes”, os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.

c) De seguida, deverão “clicar” sobre o separador “Lista de concorrentes” e vão poder visualizar a Lista dos concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao “clicar” sobre cada proposta da Lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

28. Formato dos ficheiros

Todos os ficheiros a submeter pelos concorrentes, terão que estar obrigatoriamente em **formato PDF** (Portable Document Format).

O formato PDF garante, quando o ficheiro é visualizado online ou impresso, a manutenção exata do formato pretendido, garantindo também que os dados no ficheiro não podem ser facilmente alterados.

29. Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente programa do procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os

documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Proposta de preço

_____, com sede social em _____,
contribuinte fiscal número _____, depois de ter tomado inteiro conhecimento
do concurso “Limpeza em bermas de estradas municipais e áreas envolventes de
pontos de água e parques”, a que se refere o anúncio nº _____, datado de
_____, do Município de Boticas, declara que se obriga a prestar o serviço objeto
do concurso, em conformidade com o Programa do Procedimento e Caderno de
Encargos, pelo seguinte preço global:

Às quantias acima mencionadas acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa
legal em vigor.

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submeterá em tudo o que respeita à
execução do serviço ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(Data)

(Assinatura)

